



ADEUS AO GENIAL CACÁ DIEGUES

Um dos maiores cineastas do País, seu legado revolucionou o cinema nacional. Por Paulo Alonso, **página 2**



ALERJ CONTRA O CALOR NAS ESCOLAS

Deputado cobra do governador providências contra calor. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**



RIO DE JANEIRO, UMA PAIXÃO

Cônsul-geral do Panamá mostra entrosamento; jazz de New Orleans no RJ. Por Bayard Boiteux, **página 3**

Senado revalida recursos orçamentários não pagos

O Senado aprovou na quarta-feira, por 65 votos a 1, o PLP 22/2025 que autoriza a quitação de restos a pagar acumulados desde 2019. O projeto, apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), estende o prazo para liquidação desses compromissos até o final do exercício de 2026. A regra revalida valores que haviam sido cancelados em 31 de dezembro de 2024. O texto foi aprovado com mudanças feitas pelo relator, senador Carlos Portinho (PL-RJ), e segue para a Câmara dos Deputados.

Os chamados restos a pagar são recursos de anos anteriores, despesas empenhadas mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro de cada ano. Para proteger as contas públicas dessa “dívida” ao longo dos anos, a lei prevê que os recursos serão bloqueados caso não haja avanços na execução da ação prevista. O prazo para o pagamento dos compromissos citados no projeto já havia sido prorrogado por decreto em 2023 e valeria até dezembro de 2024.

“Nós não estamos fazendo nenhuma novidade. Restos a pagar todo ano são revalidados através de decreto. Nós estamos aqui introduzindo, inclusive, uma norma de maior transparência, fazendo com o que é feito por decreto seja feito por projeto de lei complementar”, explicou Randolfe ao defender a aprovação do texto.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024 (Lei 14.791, de 2023) determinou que os restos a pagar não processados inscritos a partir de 2019 fossem cancelados em 31 de dezembro de 2024.

Na LDO para o ano de 2025 (Lei 15.080, de 2024), os parlamentares tentaram incluir uma nova prorrogação, até dezembro de 2025, mas o trecho foi vetado pelo governo. Agora, a intenção é prorrogar o prazo para dezembro de 2026 e permitir o pagamento de rubricas que já foram canceladas.

Randolfe afirmou que a liquidação desses valores envolve várias etapas burocráticas e financeiras, que se tornaram mais complicadas durante a pandemia. Com isso houve impacto na capacidade de arrecadação e execução orçamentária dos entes públicos, o que gerou atrasos no cumprimento de obrigações financeiras. Para ele, a prorrogação do prazo pode evitar a paralisação de obras em todo o país.

Lucro dos 4 maiores bancos em 2024 cresce 24%, para R\$ 114 bi

Instituições distribuíram R\$ 49 bi a acionistas

Os quatro maiores bancos no Brasil alcançaram um lucro líquido conjunto de R\$ 114,1 bilhões em 2024. O resultado representa uma alta de 24% sobre os R\$ 90,2 bilhões registrados em 2023.

A maior alta percentual foi obtida pela filial brasileira do espanhol Santander, que pulou de R\$ 8,8 bilhões para R\$ 13,9 bilhões, um salto de 58%. Em seguida veio o Bradesco, que saiu de R\$ 14,5 bilhões em 2023 para

R\$ 19,6 bilhões no ano passado, um crescimento de 35% no lucro líquido.

O Itaú alcançou uma elevação de 19%, saindo de R\$ 33,8 bilhões para R\$ 40,2 bilhões. Apesar do lucro recorde – o segundo maior entre os quatro bancos – o Banco do Brasil teve percentualmente o resultado mais fraco: os R\$ 37,9 bilhões em 2024 representam alta de 6% sobre os R\$ 35,6 bilhões apurados em 2023.

Junto com o resultado de 2024,

o BB também divulgou, nesta quarta-feira, as projeções para 2025. Para este ano, a estatal prevê lucro líquido ajustado entre R\$ 37 bilhões e R\$ 41 bilhões.

Os quatro maiores bancos desembolsaram, somados, R\$ 48,9 bilhões em dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) em 2024, o segundo maior valor desde 2010. Os dados foram levantados por Einar Rivero, sócio-fundador da Elos Ayta Consultoria, para a CNN Brasil.



Governo do México

Claudia Sheinbaum não aceita interferências que prejudiquem a soberania nacional

México se blindava contra intervenções dos EUA sob pretexto de combater narcoterrorismo

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, assinou nesta quinta-feira duas emendas “substanciais” à Constituição mexicana para impedir interferências ou atos que prejudiquem a soberania nacional e aplicar uma pena “mais severa” a qualquer estrangeiro que realize atividades ilegais no país.

Sheinbaum assinou essas reformas, para serem enviadas ao Congresso para revisão e aprovação, durante sua coletiva de imprensa diária. Ela também esclareceu que, embora as autoridades dos EUA possam usar qualquer nome que “decidam”, com o México é “colaboração e coordenação, nunca subordinação. Não interferência e certamente não invasão”.

O Governo dos EUA designou na quarta-feira seis cartéis mexicanos como “organizações terroristas” com o objetivo de erradicá-los. São eles: Cartel de Sinaloa, Cartel da Nova Geração de Jalisco, Cartéis Unidos, Cartel do Nordeste, Cartel do Golfo e Família Nova Michoacán, além do grupo criminoso venezuelano Tren de Aragua e da gangue salvadorenha Mara Salvatrucha.

Apoiadores do presidente Donald Trump defendem uma intervenção no continente latino-americano sob a alegação de conter cartéis de drogas. Na quarta-feira, o Governo do Equador propôs que forças especiais de países aliados sejam temporariamente incorporadas à luta contra o “nar-

coterrorismo”.

“O que queremos deixar claro diante dessa designação é que não negociamos soberania, como eu disse ontem [quarta-feira]. Esta não pode ser uma oportunidade para os Estados Unidos invadirem nossa soberania”, alertou Sheinbaum do Palácio Nacional na Cidade do México.

A presidente mexicana explicou que uma das emendas à Constituição inclui o artigo 40 do texto constitucional, que afirma que “o povo do México não aceitará, sob nenhuma circunstância, intervenções, interferências ou qualquer outro ato do exterior que seja prejudicial à integridade, independência e soberania da nação”, enfatizou.

China tira do Reino Unido 2º lugar em ‘soft power’

A China se tornou a segunda nação de *soft power* mais influente do mundo, depois dos Estados Unidos, de acordo com o sexto Índice Global de Soft Power 2025 divulgado pela Brand Finance nesta quinta-feira. O relatório mostra que a China ultrapassou o Reino Unido, com uma pontuação de 72,8 em 100. O Brasil permaneceu na 31ª colocação alcançada em 2023. Em 2021 estava em 35º lugar; em 2022, em 28º.

O país asiático demonstrou crescimento estatisticamente significativo em seis dos oito pilares do *soft power* e dois terços dos atributos medidos, impulsionados por iniciativas como a Iniciativa Cinturão e Rota, uma ênfase maior na sustentabilidade e o fortalecimento de marcas nacionais.

O índice, baseado em uma pesquisa com mais de 170 mil entrevistados de mais de 100 países, captura percepções globais de todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas. As descobertas foram reveladas durante o Global Soft Power Summit 2025.

Os EUA mantiveram sua classificação máxima com uma pontuação recorde de 79,5 em 100. No entanto, sua reputação global caiu quatro posições, para 15º, desde a última avaliação. Além disso, a matriz de governança do país caiu quatro posições, para 10º.

David Haigh, presidente da Brand Finance, disse que a classificação reflete os “esforços sustentados da China para aumentar sua atratividade econômica” e impulsionar sua reputação.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7070
Dólar Turismo	R\$ 5,9400
Euro	R\$ 5,9935
Iuan	R\$ 0,7865
Ouro (gr)	R\$ 541,09

ÍNDICES

IGP-M	0,27% (janeiro)
	0,94% (dezembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Adeus ao genial cineasta Cacá Diegues

Por Paulo Alonso

A morte de Cacá Diegues deixou de luto não somente o cinema nacional, como todos os que estavam habituados a testemunhar sua obra magistral nas telonas. Cacá foi um dos maiores cineastas brasileiros de todos os tempos e seu legado na sétima arte é digno para pesquisas acadêmicas, dissertações de mestrados e teses de doutorados. Cacá foi, antes de tudo, um dos maiores pensadores do Brasil.

Em seu velório na Academia Brasileira de Letras, ele ocupava a cadeira número 7, desde 2018, que pertencera a Euclides da Cunha e Nelson Pereira dos Santos, Betty Faria, Zezé Motta, Cláudia Abreu, Beth Goulart, Glória Pires, Gilberto Gil, Malu Mader, Marcos Palmeira, Marieta Severo, Sílvia Buarque, o prefeito Eduardo Paes e uma legião de fãs foram até lá se despedir do criador de, dentre outros sucessos de público e de bilheteria, *Quando o Carnaval Chegar* (1972); *Joanna Francesa* (1973); *Xica da Silva* (1976); e *Bye Bye Brasil* (1979).

Bastante emocionada, Zezé Motta resumiu, em poucas palavras, todo o seu sofrimento com a partida não apenas do cineasta, mas, sobretudo, do amigo querido com quem conviveu por déca-

das: “Xica da Silva é, será sempre minha eterna fada madrinha. Foi fundamental para a construção da primeira grande imagem da “escrava que virou rainha” diante da opinião pública. Em 2025, ela vai marcar presença, viva esta grande mulher que foi Xica. Minha eterna gratidão sempre ao gênio Cacá Diegues por me presentear com essa protagonista.”

Nascido em Maceió, em 19 de maio de 1940, Carlos José Fontes Diegues iniciou sua carreira no final dos anos 1950 e que se estendeu até os seus últimos momentos. Planos recheavam a cabeça de Cacá.

O cineasta estudou no Colégio Santo Inácio, antes de ingressar no curso de Direito da PUC-Rio, onde exerceu a presidência do Diretório Estudantil. Durante sua trajetória acadêmica, criou um cineclub e deu os primeiros passos no cinema ao lado dos saudosos David Neves e Arnaldo Jabor.

Além disso, foi editor do jornal *O Metropolitano*, publicação da União Metropolitana de Estudantes, e integrou o Centro Popular de Cultura da UNE. Sempre atento à realidade, nos anos 1950, tornou-se um dos fundadores do Cinema Novo, movimento cinematográfico que contou com Glauber Rocha, Leon Hirszman, Paulo Cesar Saraceni e Joaquim Pedro

de Andrade. Uma geração verdadeiramente extraordinária e revolucionária.

Em 1961, dirigiu, em parceria com David Neves e Affonso Beato, o curta-metragem *Domingo*, uma das primeiras obras do movimento. No entanto, como diretor solo, iniciou sua bem-sucedida trajetória em 1962, dirigindo o episódio “Escola de Samba Alegria de Viver” no longa *Cinco Vezes Favela*. Paralelamente, Cacá também atuava como jornalista e crítico, escrevendo ensaios e manifestos sobre cinema. Era articulista em *O Globo*, e seu último artigo foi publicado no domingo anterior ao seu falecimento.

Um dos maiores do País, seu legado revolucionou o cinema nacional

Com a promulgação do famigerado AI-5, em 13 de dezembro de 1968, Cacá e sua primeira esposa, a cantora Nara Leão, se exilaram na Itália e na França. O casal só retornou ao Brasil na década de 1970.

Em 1978, Cacá inventou, em entrevista ao *Estado de São Paulo*, a expressão “patrulhas ideológicas” para denunciar alguns setores da crítica que desqualificavam os produtos culturais não alinhados a certos cânones da esquerda política mais ortodoxa. Nesse

período de início da redemocratização do país e de renovação do cinema, realizou *Chuvas de verão* (1978).

Em 1981, foi jurado no Festival Internacional de Cinema de Cannes, na França. Durante a crise do cinema brasileiro nos anos 1980, durante o governo Fernando Collor, o realizador produziu filmes de orçamento reduzido, como *Um Trem para as Estrelas* (1987) e *Dias Melhores Virão* (1989). Antes, em 1984, realizou o épico *Quilombo*, uma produção internacional comandada pela Gaumont francesa, um velho sonho de seu idealizador.

Após a morte de Nara Leão, com quem teve dois filhos, Isabel e Francisco, Cacá casou-se com a produtora Renata Almeida Magalhães, em 1981, com quem teve uma filha, Flora.

Logo após o desmonte da Embrafilme, na década seguinte, Diegues voltou a ter sucessos comerciais com *Tieta do Agreste* (1996) e *Deus é Brasileiro* (2003). Ao longo de sua trajetória, seus filmes representaram o Brasil em sete candidaturas ao Oscar, o maior número já alcançado por um cineasta brasileiro.

O ator Stepan Nercesian deu um comovido depoimento sobre sua ligação com Cacá Diegues: “Um privilégio muito grande, para mim e para qualquer artista, qualquer

companheiro que tenha tido a oportunidade de trabalhar com Cacá, ser visto com aquele olhar gentil. Eu considero o Cacá uma das pessoas mais gentis que conheci na minha vida, um cineasta com uma delicadeza fora do comum. Cacá era muito um homem de equipe. Ele não procurava fazer nada individualmente, queria sempre fazer o coletivo, tanto que isso foi mostrado na carreira dele: o amor que ele tinha ao Brasil e aos atores.”

A maioria das duas dezenas de filmes de Cacá foi selecionada por grandes festivais internacionais, como Cannes, Veneza, Berlim, Nova York e Toronto, e exibida comercialmente na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina – o que o torna um dos realizadores brasileiros mais conhecidos no mundo.

Na ocasião da visita do Papa Francisco ao Rio de Janeiro para a Jornada Mundial da Juventude, Cacá documentou a passagem do Pontífice no Brasil, resultando no documentário *Rio de Fé* (2013). Em 2016, o diretor recebeu a homenagem da escola de samba Inocentes de Belford Roxo, pelo grupo de acesso A, com o enredo *Cacá Diegues – Retratos de um Brasil em cena!*, desenvolvido pelo carnavalesco Márcio Pulker, ficando em 9º lugar no concurso.

Em 2018, Diegues lançou o longa *O Grande Circo Místico*, baseado no poema de Jorge de Lima e no espetáculo musical de Chico Buarque e Edu Lobo. Em 2019, encabeçou o projeto Cine Academia Nelson Pereira dos Santos, visando oferecer sessões de clássicos do cinema brasileiro em sessões promovidas pela ABL, abertas ao público e seguidas de debate, realizadas no Espaço Itaú de Cinema do Rio de Janeiro.

Cacá deixou um último filme incompleto, intitulado *Deus ainda é Brasileiro*, que havia começado a ser produzido em novembro de 2022, mas teve suas gravações paralisadas, no ano passado, por questões orçamentárias. O filme tem previsão de lançamento para o segundo semestre de 2025.

O cineasta foi oficial da Ordem das Artes e das Letras da República Francesa. Também foi membro da Cinemateca Francesa. O governo brasileiro também lhe concedeu o título de Comendador da Ordem de Mérito Cultural e a Medalha da Ordem de Rio Branco, a mais alta do país. Cacá traduziu o brasileiro com sensibilidade em suas obras. Que seu legado continue iluminando a sétima arte. Descanse em paz.

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula.

Proposta para preservação do Partido da Social Democracia Brasileira

Por Evandro Losacco

Em complemento ao Manifesto de Filiados e Simpatizantes, proponho à Direção Nacional do

nosso partido que trabalhe no sentido de constituir uma nova federação com o Podemos, Solidariedade e outros partidos que quiserem se juntar nessa Frente Democrática, como alternativa à polar-

ização que tanto prejudica o nosso País.

O modelo de federação nos permite preservar o PSDB como partido, nos dará condições de superar a cláusula de desempenho nas eleições de 2026, ter

um tempo de TV maior para os nossos candidatos majoritários e, mais importante, não precisaremos apagar a nossa história, as nossas conquistas e o nosso ideário social-democrata.

Ressaltamos que somos contra a incorporação e a fusão, pois esses modelos pressupõem a extinção do PSDB e que estamos prontos para arregaçar as mangas e reconstruirmos o nosso PSDB, construindo uma

chapa forte de candidatos junto com os nossos federados.

Evandro Losacco é ex-deputado estadual, fundador do PSDB e membro da Executiva Estadual do PSDB-SP.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



NOVOS TEMPOS



Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Mais um apaixonado pelo Rio

O cônsul-geral do Panamá no Rio de Janeiro, Rubén Arguelles, tem demonstrado um carinho especial pelo Rio. Sua rede no Instagram, por exemplo, mostra um entrosamento cultural com a Cidade Maravilhosa. Torcemos para que nasçam grandes projetos.

Jazz de Nova Orleans no Rio

O Dolores, na Lapa, acaba de lançar um novo espetáculo de jazz. Num ambiente que recria a atmosfera vibrante e autêntica dos bares de jazz de Nova Orleans, o *We Call It Jazz Rio de Janeiro* traz músicos experientes que interpretam clássicos atemporais. O espetáculo dura uma hora.

Barrados

Embora indicados para o maior prêmio de cinema britânico, dois artistas, ex-presidiários, tiveram seu visto negado para a Inglaterra. Faziam parte do elenco de *Sing Sing*, um hino à arte. Não foram premiados, mas é lamentável tal atitude em 2025. Um dos pontos positivos do filme é justamente a presença de ex-detentos nessa emocionante produção.

Baile de máscaras

Mais uma vez, o Hotel Fairmont Copacabana inova. Um baile de máscaras, dentro de um cenário de sustentabilidade, acontece no dia 7 de março nos salões do hotel. A cidade agradece, pois precisava de mudanças no formato dos eventos.

Avenida dos desfiles

No momento em que o Rio sofre várias transformações, é preciso estruturar com urgência o Sambódromo fora da época dos desfiles. A Riotur deveria recriar o Museu do Carnaval, oferecer um tour pelas instalações, vender souvenirs, fotos com fantasias e, quem sabe, promover pequenos shows carnavalescos uma vez por semana. Fica a dica.

Top 10

A Nice Via Apia, de Sérgio Fernandes, está mais uma vez no topo das empresas de turismo. Foi considerada uma das dez melhores pela Delta Airlines. A diretora da empresa, Viviane Fernandes, recebeu a homenagem durante um jantar no Oseille, comandado por Thomas Troisgros.

Novo Airbus

Com capacidade de percorrer distâncias de 8.700 km ou 11 horas de voo sem realizar escalas, o Airbus 321XLR vai mudar os rumos da aviação comercial. O primeiro avião, já em uso pela Iberia, tem demonstrado resultados positivos. Com corredor único, também consome 30% menos combustível que seu colega A321neo.

Nossos aplausos

Márcia Melchior, diretora do Instituto Rudá, lotou o Theatro Municipal com um bonito evento, que contou com a Orquestra Forte de Copacabana e a soprano Marília Vargas. Com apoio decisivo do governo chinês, a noite celebrou o intercâmbio cultural.

Pensamento da semana

“A história é válida e real para todos. Não deixem que nossa Ditadura Militar, o Holocausto, o massacre desproporcional de Gaza, o atentado do Charlie, entre outras atrocidades, sejam invalidados, menosprezados ou esquecidos. Nossa luta é manter acesa a chama das atrocidades para gerações futuras e até as nossas, que muitas vezes insistem em acreditar em relatos da incoerência desprezível dos que negam a morte.” – Bayard do Coutto Boiteux

Expectativas de duas gerações de empreendedores

Pesquisa do Itaú ouviu pessoas da Geração X e Millennials

Estudo realizado com pequenos e médios empreendedores da Geração X e Millennials aponta as principais diferenças entre eles na liderança das empresas. A Geração X é composta por pessoas nascidas entre 1965 e 1980, enquanto os Millennials, também conhecidos como Geração Y, nasceram entre 1981 e 1996.

A pesquisa, intitulada ‘Cabeça de Dono’, foi realizada pelo Itaú Empresas com o Instituto Locomotiva. A maioria dos líderes das pequenas e médias empresas (PMEs) do Brasil têm a intenção de expandir seu negócio em 2025, mostrou a pesquisa.

Foram ouvidos 1.001 homens e mulheres líderes de pequenas e médias empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 50 milhões, nas cinco regiões do Brasil. Foi realizada entre os dias 4 de julho e 16 de agosto de 2024 e divulgada nesta quinta-feira.

O levantamento traz um panorama sobre as necessidades e desafios enfrentados pelas PMEs, com o objetivo de jogar luz a um segmento tão importante para a economia. Isso porque as PMEs são responsáveis por 30% do PIB e geram 50% dos empregos ativos, impactando potencialmente mais de 80 milhões de brasileiros, segundo dados do Sebrae.

“Apesar de Millennials estarem mais empolgados em relação aos seus negócios, líderes de PMEs da Geração X têm maior expectativa de crescimento para 2025”, aponta estudo. Empreendedores entre 41 e 60 anos têm uma tendência maior em assumir sozinhos as decisões de ao menos uma área de suas empresas

De acordo com o resultado, cerca de 62% dos empresários da geração X estão se preparando para crescer,

enquanto 54% dos millennials pensam o mesmo. Apesar disso, são os líderes de 30 a 40 anos os mais esperançosos (78%) e empolgados (72%) em relação ao seu negócio. Já entre os empreendedores com idade entre 41 e 60 anos, os sentimentos de esperança é apontado por 73%, e a empolgação por 66% dos entrevistados. Esses são alguns dos resultados da “Cabeça de Dono” do Itaú Empresas, realizada pelo Instituto Locomotiva em parceria com o Itaú Empresas.

Perfil multitarefa

Em geral, quase todos os empreendedores que participaram da pesquisa possuem um perfil multitarefa, participando diretamente não só da gestão, mas também da execução operacional de uma ou mais áreas. No entanto, líderes da geração X têm uma tendência maior a assumirem sozinhos as decisões de uma ou mais áreas, chegando a 41% dos entrevistados, contra 33% dos millennials.

“Apesar da diferença de idade, eles têm em comum o desafio de conseguir lidar com o cenário externo e competitivo, além do tempo para focar em inovação e gestão financeira, uma vez que estão constantemente tentando ‘equilibrar os pratos para não deixar nada cair’. E, embora interessados, não têm conseguido buscar por uma especialização ou por ajuda em redes de apoio – o que pode restringir seu crescimento”, avaliou a pesquisa.

Apesar de todos os desafios enfrentados, essas gerações se complementam e trazem contribuições valiosas para o mundo dos negócios. “Os resultados em parte refletem a visão de mundo e experiências de cada uma delas, mas compreender as diferenças entre elas é fundamental para criar um ambiente mais co-

laborativo e produtivo. Uma vez que essas características sejam levadas em conta e esses empresários tenham um apoio especializado, a perspectiva de crescimento das PMEs poderia ser ainda maior, mais assertiva e sustentável”, contextualiza Antonio Rafael Souza, diretor estratégia para PMEs do Itaú Unibanco.

Desafios

Entre os desafios pesquisados, cerca de 90% das duas gerações relatam alguma ou muita dificuldade em lidar com cenário externo, crescimento e inovação, e gestão financeira. Quando questionados sobre quais temas consideram ter muita dificuldade, as diferenças ficam mais perceptíveis: 42% dos Millennials relatam que lidar com questões externas ao negócio (como crises econômicas e flutuações de mercado) é muito desafiador, enquanto na geração X esse índice chega a 37%. Enfrentar a concorrência também aparece como grande dificuldade para mais millennials (32%, contra 27% da geração X). Já desenvolver estratégias eficazes de marketing e vendas é muito difícil para 18% dos Millennials, ante 12% dos líderes da geração mais velha; por fim, 23% dos empresários entre 30 e 40 anos têm mais dificuldade em controlar despesas e cortar custos frente a 16% da geração X.

“A pesquisa revela ainda outras demandas que, caso fossem endereçadas de forma estratégica – com um apoio externo ou de especialistas, por exemplo – poderiam fortalecer os negócios e seus donos. Foi com isso em mente que estruturamos o Itaú Empresas nos últimos anos. Acreditamos neste diferencial: oferecer um olhar de planejamento estratégico e assessoria nos temas mais importantes

– atuando como um time estendido de cada empresa – pode atenuar o peso da tomada de decisão e liberar o tempo dos empreendedores para que eles foquem no que é mais importante, criando um círculo virtuoso de prosperidade para o segmento e o país”, conclui o diretor do Itaú Unibanco.

Impacto nas vidas e rotina

O estudo “Cabeça de Dono” avaliou também como os pequenos e médios empresários das duas gerações sentem-se em relação à rotina de trabalho e como isso afeta suas vidas – em geral, algo mais presente entre os entrevistados entre 41 e 60 anos. Para 64% dos líderes da geração X, ter mais tempo com a família e tocar o negócio é um grande desafio; entre os millennials, esse índice é de 58%. A geração X também é a que relata mais problemas de saúde relacionados à rotina de trabalho, atingindo 54%, contra 45% dos millennials. São também os que se sentem mais cansados (51%) e sobrecarregados (48%) em comparação com a geração mais jovem (45% e 41%, respectivamente).

“Apesar de ambas as gerações se destacarem por seus pontos fortes à frente de suas empresas, a barreira geracional pode ser desafiadora, pois precisam estar constantemente atualizados e evoluindo. Porém, por se dedicarem de forma mais intensa, esses empreendedores acabam consumidos pela falta de tempo – que os limita a crescer e ter mais equilíbrio em suas vidas. Daí a importância de unir forças e trabalhar junto, buscando apoiá-los a traçar estratégias efetivas e com soluções integradas às suas necessidades específicas, onde mais precisam conforme avançam e evoluem seus negócios”, conclui o diretor do Itaú

Royalties: R\$ 2 bi para estados e municípios em dezembro

Foram concluídas nesta quinta-feira as etapas da operacionalização da distribuição de royalties pela Agência Nacional de petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), relativos à produção de petróleo e gás em dezembro de 2024, para os contratos de concessão e de cessão onerosa. O valor repassado diretamente aos estados foi de R\$ 910.184.785,65, enquanto os municípios receberam R\$ 1.111.935.269,31. Em termos de número de beneficiários, os repasses foram feitos a 738 municípios e 11 estados.

Com relação aos royalties

dos contratos de partilha, relativos à produção de dezembro de 2024, os recursos estarão disponíveis aos beneficiários assim que todas as etapas operacionais necessárias estiverem concluídas.

A ANP é responsável por calcular, apurar e distribuir os royalties aos entes beneficiários (União, Estados e Municípios). Os royalties são distribuídos aos beneficiários segundo diversos critérios estabelecidos na Lei nº 7.990/1989 e Decreto nº 1/1991 (distribuição da parcela de 5% dos Royalties) e Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998 (distribuição da parcela acima de 5% dos Royalties).

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS e INTIMAÇÃO

1º. Público Leilão – 10/03/2025, às 12:00 hs
2º. Público Leilão – 20/03/2025, às 12:00 hs

LOCAIS: Av. Erasmo Braga nº 227, sala 1.004, Castelo – RJ e On-Line através do site: www.rymerleiloes.com.br.

JONAS RYMER, Leiloeiro Oficial, matriculado na Jucerja sob o nº 079, autorizado por **SPE MOZAK ENGENHARIA ERÁ BOTAFOGO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.332.428/0001-04, venderá em 1º ou 2º Público Leilão, nas datas, horários e local acima citados, de acordo com o art. 63 e parágrafos da Lei nº. 4.591/64 c/c Lei 4.864/65, o direito aquisitivo da unidade autônoma em construção e suas frações ideais do terreno, acessões e benfeitorias, referentes ao imóvel, Foreiro ao Município do RJ, relacionado a seguir: **Fração de Terreno de 4,90% do Prédio situado na Rua Dona Mariana nº 56 e respectivo terreno descrito e caracterizado atualmente na matrícula 53.055 do 3º Ofício do Registro de Imóveis, que futuramente responderá ao Apartamento 604 do bloco 02 – Botafogo/RJ, com direito perpétuo ao estacionamento de 1 (um) veículo na garagem**, nos termos do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos Aquisitivos de Fração de Bem Imóvel e Adesão à Contrato de Construção Tendo por Objeto Bem Futuro, assinado em 24/05/2022. Adquirente devedora: Natalia Coelho de Carvalho, brasileira, solteira, não convivente em união estável, empresária, inscrita no CPF sob o nº 123.647.677-84, portadora da identidade nº 24630596-5, expedida pelo Detran/RJ. O referido imóvel será vendido em 1º Leilão por valor não inferior a R\$ 2.292.181,43 (equivalente a parcelas vencidas e a vencer), e em 2º Leilão por valor não inferior a R\$ 1.833.482,82, na forma do § 2º do art. 63 da L. 4591/64. O arrematante pagará o valor do lance à vista, sub-rogando-se nos direitos e obrigações dos Títulos originários, seus anexos e eventuais aditivos, assim como ficará responsável por todas as despesas cartorárias, ITBI(s), escritura pública, e eventual(is) Laudêmio(s). Fica o arrematante cientificado de que não estão provisionados impostos e taxas referentes ao imóvel e ao empreendimento, além de cotas da obra e cotas condominiais que eventualmente venham a ser aprovadas em futuras assembleias. Comissão ao Leiloeiro: 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da arrematação ou adjudicação. Honorários advocatícios no percentual de 10%.

DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com



Deputado Sergio Fernandes

Alerj quer medidas para minimizar calor nas escolas

O deputado Sérgio Fernandes (PSD) está solicitando ao governador Cláudio Castro medidas urgentes e de longo prazo para minimizar os efeitos do calor nas escolas estaduais. Entre as medidas estão a substituição das calças compridas por bermudas nos uniformes, a instalação ou recuperação dos aparelhos de ar-condicionado nas salas de aula e uma campanha de conscientização sobre a importância da hidratação nos dias mais quentes.

CPI convoca

Ao retomar os trabalhos, a CPI da Transparência, da Alerj, decidiu convocar para depor os presidentes da Cede, da Águas do Rio, do Instituto Rio Metrópole (IRM) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Segundo o presidente da CPI, deputado Alan Lopes (PL), a comissão tem recebido muitas denúncias envolvendo esses órgãos.

Saúde no Norte Fluminense

O deputado estadual Jair Bittencourt e o deputado federal Sôstenes Cavalcante, ambos do PL, visitaram as obras e as instalações do Hospital São Vicente de Paulo, no município de Bom Jesus do Itabapoana, no Norte Fluminense. Em publicação no Instagram, Bittencourt considerou o hospital um equipamento público fundamental para toda a região. Ele afirma que tem priorizado os investimentos na saúde local.

Estatuto das Blitzes

O Estatuto das Blitzes será regulamentado pelo governador Cláudio Castro após o Carnaval, informou o líder do PL na Alerj, Filipe Poubel, em discurso no expediente final da sessão plenária. Segundo o deputado, a mensagem do Executivo à Casa e a posterior sanção da lei vão reforçar o trabalho da Comissão Especial de Combate à Desordem Urbana, responsável por denunciar a “máfia do reboque” no Estado do Rio de Janeiro.

Movimento Preto no PL

O vereador carioca Rafael Satiê (PL) teve uma reunião, em São Paulo, com o presidente nacional do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto. No encontro, realizado na sede do partido, Satiê discutiu o fortalecimento do Movimento Pretos Conservadores, iniciativa que, segundo ele, vem ganhando espaço dentro da legenda. O encontro foi visto como um sinal de que o partido pretende dar mais protagonismo ao grupo nos próximos anos.

CRT: erros impedirão MEI de emitir nota a partir de abril

Desde setembro de 2024, o MEI (Microempreendedor Individual) é obrigado a inserir o CRT 4 (Código de Regime Tributário específico do MEI) para a emissão da NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) ou da NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica). A novidade para esse ano é que a partir do dia 1º de abril, entram em ambiente de produção as regras de validação dos campos destinados a informar o CSOSN e o CFOP específicos para os contribuintes que informarem o CRT 4.

Segundo Fabiana Marastoni, especialista em Tributos da IOB, que une Inteligência em legislação e Tecnologia avançada para resolver os desafios de contadores e empresas, erros nestes campos vinculados ao CRT impedirão o MEI de emitir a nota fiscal.

A versão 1.20 da Nota Técnica 2024.001, disponibilizada no Portal da NF-e, indica que, a partir de 1º de abril de 2025, entrará em produção as regras de validação que afetam o CRT=4 (MEI). “Assim, a partir desta data, informações erradas, como por exemplo, um CFOP não permitido para o MEI, irão impossibilitar a

validação da nota fiscal, podendo ocasionar rejeições e divergências”, explica Fabiana.

A primeira versão da mesma nota técnica, incluiu o CRT=4 (MEI) para validar os dados cadastrais na base da Sefaz. Uma vez selecionado este CRT, se o cadastro do emitente não estiver como microempreendedor na Sefaz, o documento será rejeitado.

O Ajuste Sinief nº 3/2022 havia alterado a tabela de CFOP do Convênio S/N de 1970, acrescentando os CFOPs que podem ser usados pelo “Microempreendedor Individual – MEI”, mas essas alterações apenas foram incorporadas ao leiaute da NF-e e da NFC-e quando da publicação da Nota Técnica nº 2024.001.

“Sempre que a legislação exigir que o MEI emita NF-e ou NFC-e, o microempreendedor deverá adotar o CRT 4 e, conjuntamente, adotar o CFOP adequado à sua operação fiscal”, comenta Fabiana Marastoni.

Os CFOPs que deverão ser utilizados pelo MEI nas operações internas e interestaduais quando for informado o CRT 4, específico deste segmento são:

- 1.202: Devolução de

venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, ou qualquer devolução de mercadoria efetuada pelo MEI com exceção das classificadas nos códigos 1.503, 1.504, 1.505 e 1.506;

- 1.904: Retorno de remessa para venda fora do estabelecimento, ou qualquer entrada e retorno de remessa efetuada pelo MEI com exceção dos classificados nos códigos 1.202, 1.503, 1.504, 1.505 e 1.506;

- 2.202: Devolução de venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, ou qualquer devolução de mercadoria efetuada pelo MEI com exceção das classificadas nos códigos 2.503, 2.504, 2.505 e 2.506;

- 2.904: Retorno de remessa para venda fora do estabelecimento, ou qualquer entrada e retorno de remessa efetuada pelo MEI com exceção dos classificados nos códigos 2.202, 2.503, 2.504, 2.505 e 2.506;

- 5.102: Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, ou qualquer venda de mercadoria efetuada pelo MEI com exceção das saídas classificadas nos códigos 5.501, 5.502, 5.504 e 5.505;

- 5.202: Devolução de compra para comercialização, ou qualquer devolu-

ção de mercadorias efetuada pelo MEI com exceção das classificadas no código 5.503;

- 5.904: Remessa para venda fora do estabelecimento, ou qualquer remessa efetuada pelo MEI com exceção das classificadas nos códigos 5.502 e 5.505.

- 6.102: Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, ou qualquer venda de mercadoria efetuada pelo MEI com exceção das saídas classificadas nos códigos 6.501, 6.502, 6.504 e 6.505.

- 6.202: Devolução de compra para comercialização, ou qualquer devolução de mercadoria efetuada pelo MEI com exceção das classificadas no código 6.503.

- 6.904: Remessa para venda fora do estabelecimento, ou qualquer remessa efetuada pelo MEI com exceção das classificadas nos códigos 6.502 e 6.505.

Para as operações de comércio exterior, ativo imobilizado e ISSQN, o MEI que informar CRT 4 poderá utilizar os seguintes CFOPs: 1501, 1503, 1504, 1505, 1506, 1553, 2501, 2503, 2504, 2505, 2506, 2553, 5501, 5502, 5504, 5505, 5551, 5933, 6501, 6502, 6504, 6505, 6551 e 6933.

Brasil recebe 2,7 milhões de passageiros internacionais em janeiro

Em janeiro deste ano, os aeroportos brasileiros receberam 2,7 milhões de passageiros de voos internacionais, com um crescimento de 15,2% em relação a janeiro de 2024, um recorde de movimentação para o mês. Essa foi a maior movimentação da série histórica, iniciada no ano 2000. Os dados estão no Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), atualizado com estatísticas do setor relativas ao primeiro mês de 2025.

O crescimento também foi registrado no mercado doméstico: foram 8,6 milhões de passageiros em voos domésticos, um resultado 5,3% acima do registrado em janeiro de 2024. A demanda doméstica cresceu ainda 7% em comparação com janeiro de 2024, enquanto a oferta registrou crescimento de 7,4% na

mesma base de comparação.

O fluxo somado nos voos domésticos e internacionais em janeiro de 2025 alcançou 11,3 milhões de passageiros, 7,5% acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

Para o ministro Silvano Costa Filho, de Portos e Aeroportos, o número de visitantes no Brasil e de brasileiros viajando é resultado de melhora na economia e mais confiança no país. “Estamos vendo o melhor resultados dos últimos anos na aviação civil. Isso é resultado de uma economia robusta e de maior confiança dos brasileiros e dos turistas estrangeiros para viajar e conhecer o Brasil.”

Cargas

A carga aérea internacional também registrou resultados positivos, com 65,1

Veja a lista dos aeroportos mais movimentados com turistas estrangeiros no país em janeiro:	
Guarulhos	1.411.412
Galeão	592.119
Florianópolis	210.980
Campinas	92.101
Brasília	82.770
Salvador	55.839
Confins	48.757
Fortaleza	45.153
Recife	38.663

*Assessoria Especial de Comunicação Social
Ministério de Portos e Aeroportos*

mil toneladas movimentadas, 6,9% acima da tonelage processada em janeiro de 2024. A demanda internacional, medida em RPK (passageiros por quilômetros transportados), cresceu 13,1% em relação a janeiro de 2024, ao passo que a oferta, medida em ASK (assentos por quilômetros oferecidos), registrou alta de 13,7% na mesma base de comparação.

Na carga aérea doméstica, foram processadas 37,2 mil toneladas, crescimento de 4,2% em relação a janeiro do ano anterior. No total, a movimentação de cargas registrou 102,2 mil toneladas, com um crescimento de 5,9% em relação a janeiro do ano anterior. A demanda e a oferta registraram aumentos respectivos de 10,6% e 11,1% em comparação com janeiro de 2024.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIROSECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E
MOBILIDADE URBANACOMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS

CNPJ 04.611.818/0001-00 - NIRE 33 3 0026971-5

RETIFICAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃOOnde se lê:
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIALeia-se:
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

AVISO DE LEILÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 11 de março de 2025, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujos proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiros o Sr. SÉRGIO LUIS REPRESAS CARDOSO, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 150, bem como o Sr. DAVI DA SILVA MATTOS, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 257. A cópia do Edital poderá ser consultada através dos sites www.eblonline.com.br, <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/meio-ambiente-e-transportes/publicacoes/>, www.sdleiloes.com.br e www.sergiorepresasleiloes.com.br.

Assine o jornal
Monitor
Mercantil
(21) 3849-6444

A regulamentação das redes sociais no Brasil

Por Jorge Priori

Conversamos com Solano de Camargo sobre a regulamentação das redes sociais no Brasil. Solano é professor de Direito Internacional na USP, especialista em Direito Digital, IA e Proteção de Dados, sócio-fundador da LBCA e presidente da Comissão de LGPD e IA da OAB-SP.

Qual a sua avaliação sobre a discussão sobre a regulamentação das redes sociais no Brasil?

Com o fenômeno das redes sociais, nós tivemos uma revolução no âmbito das comunicações. Essa tecnologia acabou sendo absorvida pela humanidade de uma forma célere e maravilhosa, mas que acabou trazendo muitas consequências, como o decaimento do interesse da população pelas mídias tradicionais. Esse processo fez com que a liberdade de expressão, que rege a maior parte das redes sociais mais utilizadas, começasse a se espalhar pelo mundo inteiro.

Em um primeiro momento, começou-se a discutir a responsabilidade por aquilo que era postado. Por exemplo, na França, há alguns anos, houve uma discussão muito grande sobre a venda de memorabilia nazistas no Yahoo Market. Isso porque, em conformidade com a primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos, você pode vender memorabilia nazista, mas na França isso é um crime de lesa majestade. Para resolver esse problema, as pessoas que estavam em solo francês passaram a não ter mais acesso a esses anúncios.

Na Espanha, nós tivemos o caso de um senhor que, anos antes, havia perdido uma casa por dívidas previdenciárias, mas que toda vez que seu nome era colocado no Google, aparecia a sua citação através do diário oficial espanhol, o que lhe causava um embaraço muito grande. Esse caso deu origem à lei do esquecimento, que possibilitou as pessoas removerem dos buscadores fatos sobre si que elas não quisessem que ninguém soubesse e que já tivessem um prazo razoável. Na China, quando o cabo submarino ou o cabo terrestre chega ao país, ele é cortado e substituído por um cabo chinês, 100% monitorado pelo governo. A Rússia fez a mesma coisa.

Em 2013, nós tivemos o escândalo Snowden, que levou ao conhecimento do mundo que a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos analisava todo o conteúdo gerado na

internet, com o monitoramento de palavras-chaves, intenções e pessoas específicas. Em seguida, nós tivemos a eleição americana de 2016, o Brexit e uma confusão de fake news direcionadas, feitas, principalmente, nas plataformas da Meta, como o Facebook, que são utilizadas por, praticamente, metade da humanidade.

Depois disso, nós tivemos o episódio de perseguição de uma minoria muçulmana pela maioria budista em Mianmar, muito por conta de fake news espalhadas também através do Facebook, o que criou uma enorme pressão sobre Mark Zuckerberg na época. A situação descambou com o caso da Cambridge Analytics, que consistia no estudo de microdados de uma certa pessoa para fazê-la mudar de opinião com certos tipos de notícias.

Nesse momento, teve início uma série de discussões sobre a responsabilidade das redes sociais diante dessas situações. Por exemplo, no Brasil, o Marco Civil da Internet, que é de 2014, tem previsto no seu artigo 19 que as redes sociais não são responsáveis pelo conteúdo prestado por terceiros. Aqui, isso cabe ao Judiciário. O nosso caso é diferente de países como Polônia, Hungria, Rússia e China, onde isso cabe a um órgão do Poder Executivo, o que gera risco de politização e de silenciamento de grupos de oposição, e dos Estados Unidos, onde há uma imunidade total das redes sociais.

Com o tempo, começou-se a questionar no Brasil se era necessário ir ao Judiciário para tudo. Isso porque se aprendeu que não era necessário recorrer à justiça contra publicações que fazem apologia a temas como suicídio, automutilação, violência e discursos de ódio contra grupos vulneráveis como judeus, população LGBT, negros e mulheres.

Para chegarmos no estado de coisas que temos hoje, a direita começou a surgir, em diversos lugares do mundo, através da utilização das redes sociais, dando um banho na esquerda e ganhando eleições, como nos casos de Trump nos Estados Unidos, Bolsonaro no Brasil e Marine Le Pen na França, além de fenômenos como Nicolas Ferreira e Pablo Marçal.

Hoje, existe o discurso de que a culpa por essas situações se deve ao fato das redes sociais não serem reguladas. Um discurso que, muito claramente, é político, e não jurídico. Por exemplo, qual é a diferença entre uma fake news, uma



Solano de Camargo

desinformação e uma opinião equivocada? Além disso, nós temos uma questão não resolvida sobre o que é liberdade de expressão e até onde ela vai. Isso tem feito com que a necessidade de regulação seja no sentido de censura a opiniões contrárias, principalmente com relação à esquerda.

Isso tem feito com que todo o discurso de regulação das redes sociais, não só no Brasil, como no mundo, seja uma pauta da esquerda, que tem mostrado interesse em projetos de leis que façam com que as redes sociais façam uma censura sobre o que pode ser controvertido entre o que alguns consideram como fake news e outros como liberdade de expressão, sendo que, no Brasil, esse papel cabe ao Judiciário.

Na sua opinião, o que precisa ser regulamentado?

Como disse, já existem situações consolidadas de aprendizado que poderiam ser mais facilmente suprimidas das redes sociais, sem a necessidade de se passar pelo Judiciário. Isso não é o que o ministro Dias Toffoli propôs no julgamento da constitucionalidade do artigo 19, quando ele apresentou 12 medidas absolutamente genéricas, que, na prática, significam que se a rede social, na dúvida, não apagar o conteúdo, ela pode ser multada ou suspensa, como aconteceu com o WhatsApp algumas vezes, ou o que está na primeira versão do projeto de lei de regulamentação, que previa um órgão do poder executivo para fiscalizar a existência de fake news nas redes sociais. Na verdade, tudo isso é o aparelhamento da censura.

O que não se deve fazer é criar situações genéricas para as quais existem dúvidas objetivas a respeito, pois, no fundo, quem vai ser penalizado é a liberdade de expressão e a pessoa que

divulga o conteúdo. Em vez de o governo querer fazer o que os dominicanos fizeram na idade média, quando eles queimaram livros, seria mais fácil dar letramento para a população. Por exemplo, o governo Fernando Henrique poderia ter proibido o fumo de cigarro no Brasil, mas optou por fazer uma campanha sobre os seus malefícios, o que acabou com a sua romantização. Como disse, o Estado não faz, absolutamente, nenhuma campanha em prol do letramento da população brasileira, que não é escolarizada e que se tornou digital antes de ser alfabetizada.

O Estado deveria fazer esse letramento, mas ele quer voltar ao que acontecia na Idade Média, quando se tinha a inquisição e se queimava livros. Inclusive, o artigo 220 da Constituição brasileira não permite a censura prévia. Se eu falar uma besteira em uma rede social, já existe uma rede de proteção, muito bem estabelecida há décadas, que pode me valer uma pena de calúnia, injúria e difamação, além de eu ser processado civilmente a pagar indenização e ter o meu conteúdo removido.

Qual país você consideraria mais avançado nesse assunto?

O mecanismo adotado pelo Brasil no Marco Civil da Internet criou um modelo que me parece muito mais evoluído que o modelo americano, que dá imunidade total às redes sociais, ou os modelos da União Europeia ou da Alemanha, que criam situações absolutamente subjetivas e dão para a rede social um poder absurdo de decidir o conteúdo que deve ou não prevalecer. O modelo brasileiro, que deixa essa questão para o Judiciário, funciona perfeitamente bem.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/a-regulamentacao-das-redes-sociais-no-brasil

RIOCOOPSIND – Cooperativa Dos Taxistas Autônomos Do Município Do Rio De Janeiro Ltda
CNPJ nº 39.122.395/0001-30 - NIRE: 33.4.0000411-6
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária
RIOCOOPSIND – Cooperativa Dos Taxistas Autônomos Do Município Do Rio De Janeiro Ltda, devidamente inscrita no CNPJ nº 39.122.395/0001-30, com sede situada na Rua Sinimbu, nº 232, São Cristóvão representada neste ato por seu Diretor Presidente, Sr. HUDSON SANTOS BRANDAO, no uso de suas atribuições Estatutárias convocar seus 50 cooperados no gozo de seus direitos sociais para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 15/03/2025, na Rua Teixeira Junior, 415, São Cristóvão, Rio de Janeiro, sendo que às 08:00 horas em 1ª convocação com a presença mínima de 2/3 dos cooperados, em 2ª convocação às 09:00 horas, com a presença mínima da metade +01 dos cooperados e em 3ª convocação às 10:00 horas com a presença mínima de 10 cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas da RIOCOOPSIND TÁXI – ano base 2024 (apresentação do balanço, dos créditos não mais passíveis de recuperação-perdas) 2. Prestação de contas do Fav Coop – ano base 2024. 3. Eleição para Conselho de Ética e Disciplina e Suplentes – Mandato 2025 /2026. 4. Eleição para Conselho Fiscal e Suplentes – Mandato 2025 / 2026. 5. Eleição para Gestor e Suplentes do Fav Coop – Mandato 2025 / 2026. Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 2025.
HUDSON SANTOS BRANDAO
Diretor Presidente

RIOTAXICOOP - Cooperativa de Trabalho dos Motoristas Autônomos de Táxi e Cargas Leves do Rio de Janeiro LTDA,
CNPJ Nº 32.225.146/0001-21/ NIRE: 33.4.0000349-7
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária
RIOTAXICOOP-Cooperativa de Trabalho dos Motoristas Autônomos de Táxi e Cargas Leves do Rio de Janeiro LTDA, CNPJ Nº 32.225.146/0001-21, com sede situada na Rua Nerval de Gouveia, nº 45, Quintino, Rio de Janeiro, representada neste ato pelo Diretor Presidente no uso de suas atribuições Estatutárias, vem convocar seus 10 cooperados no gozo de seus direitos sociais para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 20/03/2025, na sede da cooperativa, sendo que às 09 horas em 1ª convocação com a presença mínima de 2/3 dos cooperados, em 2ª convocação às 10:00 horas, com a presença mínima da metade +01 dos cooperados e em 3ª convocação às 11:00 horas com a presença mínima de 10 cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleição Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 2025.
PEDRO AURÉLIO SOARES
Diretor Presidente

COMARCA DA CAPITAL-RJ.

JUIZ DE DIREITO DA DECIMA SETIMA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1ª, 2ª, LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE e INTIMAÇÃO ao Espólio de MOACYR PENHA RIBEIRO, na pessoa de seu representante legal CESAR FIGUEIREDO PENHA RIBEIRO, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução (Processo nº 0087530-44.2017.8.19.0001) proposta por CONDÔMÍNIO DO EDIFÍCIO YEMANJÁ contra Espólio de MOACYR PENHA RIBEIRO, na forma abaixo: O DR. LEONARDO DE CASTRO GOMES, Juiz de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **10.03.2025 e 13.03.2025, às 12hs:30min**, no escritório do Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA**, inscrito na JUCERJA sob o nº 055, situado na Avenida Nilo Peçanha, nº 12, Grupo 810, Castelo, Rio de Janeiro, RJ, e simultaneamente através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, será apreçoada e vendida a Loja I, do edifício situado na Rua Barata Ribeiro, nº 54, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ. - Avaliação: R\$ 293.175,24 (duzentos e noventa e três mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). - O edital na íntegra está afixado no Atrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5ª VARA CÍVEL DO FÓRUM REGIONAL DO MEIER

Rua Aristides Caire, 35, Sl. 402 Méier, Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 3279-8136 - E-mail: mei05vc@trj.jus.br

EDITAL DE 1ª e 2ª LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE e INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDÔMÍNIO, MOVIDA POR JOSÉ FERREIRA LOPES, LIA MAURA DE ALMEIDA FERREIRA LOPES em face de ESPÓLIO DE IRIS LOPES MONTEIRO (Representante Legal NÁDIA MARIA LOPES MONTEIRO) E ESPÓLIO DE ANNA THEREZINHA DE JESUS LOPES (Representante Legal PAULO HENRIQUE LOPES DA FONSECA) - PROCESSO Nº 0016746-61.2021.8.19.0208, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) TIAGO HOLANDA MASCARENHAS – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) interessado(s) supramencionado(s) - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do Único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 18/03/2025 às 14:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 20/03/2025 às 14:00h. DO BEM A SER LEILOADO: LOTE 01) BEM AVALIADO FLS. 261/262 (258): APARTAMENTO 101, NA RUA COMENDADOR JOÃO CARNEIRO DE ALMEIDA (ANTIGA RUA ATALAIA), Nº 80 – ENGENHO DE DENTRO/RJ. (IPTU C/ 98m²). INSCRITO NO 6º RGI SOB O Nº 141488 E NA PREFEITURA SOB O Nº 0318530-3 – CL: 06587-0. (...) Avaliação o imóvel acima descrito pelo valor de R\$ 290.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS). LOTE 02) BEM AVALIADO FLS. 264/265 (259): APARTAMENTO 102, NA RUA COMENDADOR JOÃO CARNEIRO DE ALMEIDA (ANTIGA RUA ATALAIA), Nº 80 – ENGENHO DE DENTRO/RJ. (IPTU C/ 130m²). INSCRITO NO 6º RGI SOB O Nº 141489 E NA PREFEITURA SOB O Nº DE IPTU: 0028955-3 – CL: 06587-0. (...) Avaliação o imóvel acima descrito pelo valor de R\$ 290.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS). LOTE 03) BEM AVALIADO FLS. 267/268 (256): CASA 01, NA RUA COMENDADOR JOÃO CARNEIRO DE ALMEIDA (ANTIGA RUA ATALAIA), Nº 78 – ENGENHO DE DENTRO/RJ. (IPTU C/ 99m²). IMÓVEL REGISTRADO NO 6º RGI SOB O Nº 141490 E NA PREFEITURA SOB O Nº DE INSCRIÇÃO: 0520127-2 – CL: 06587-0. (...) Avaliação o imóvel acima descrito pelo valor de R\$ 195.000,00 (CENTO E NOVENTA E CINCO MIL REAIS). LOTE 04) BEM AVALIADO FLS. 270/271 (257): CASA 02, NA RUA COMENDADOR JOÃO CARNEIRO DE ALMEIDA (ANTIGA RUA ATALAIA), Nº 78 – ENGENHO DE DENTRO/RJ. (IPTU C/ 93m²). IMÓVEL REGISTRADO NO 6º RGI SOB O Nº 141491 E NA PREFEITURA SOB O Nº 0520128-0 – CL: 06587-0. (...) Avaliação o imóvel acima descrito pelo valor de R\$ 190.000,00 (CENTO E NOVENTA MIL REAIS). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) JOSÉ FERREIRA LOPES, LIA MAURA DE ALMEIDA FERREIRA LOPES, ESPÓLIO DE IRIS LOPES MONTEIRO (Representante Legal NÁDIA MARIA LOPES MONTEIRO) E ESPÓLIO DE ANNA THEREZINHA DE JESUS LOPES (Representante Legal PAULO HENRIQUE LOPES DA FONSECA) intimado(s) pessoalmente e na pessoa de seu advogado, da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIRO DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRÁ-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 2025. Eu, digitei _____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _____. (ass.) TIAGO HOLANDA MASCARENHAS – Juiz de Direito.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4

Companhia Fechada

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a realizar-se no dia 03 de março de 2025, às 08h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé nº 34, 5º ao 12º andar, Bairro Saúde, CEP 20.220-460, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) distribuição de dividendos pela Companhia; e (ii) a autorização para que a administração tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações tomadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

Anderson Luis De Alvarenga Nascimento – Presidente

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4

Companhia Fechada

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a realizar-se no dia 03 de março de 2025, às 08h30, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé nº 34, 5º ao 12º andar, Bairro Saúde, CEP 20.220-460, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia no valor de até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), a ser restituído aos acionistas da Companhia, em dinheiro, tendo em vista o capital social ser julgado excessivo; e (ii) a autorização para que a administração tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações tomadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

Anderson Luis De Alvarenga Nascimento – Presidente

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

Eficiência energética beneficiou mais de 8 mil clientes da Enel

Empresa reportou ações nos estados do RJ, SP e CE

A Enel, empresa privada do setor elétrico, afirma que os seus projetos de Sustentabilidade e Eficiência Energética geraram um impacto significativo na vida dos seus clientes em 2024 nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, onde a companhia atua.

As ações realizadas pela empresa nos três estados incluíram a troca gratuita de geladeiras e lâmpadas de clientes por modelos mais eficientes, além de atividades educativas de consumo consciente de energia, implantação de hortas urbanas, capacitações para o mercado de trabalho e troca de material reciclável por bônus na conta de luz. Além de promover mudança no dia a dia das pessoas, as iniciativas apresentaram resultados expressivos. No total, os projetos geraram mais de R\$ 9 milhões em renda nos três estados onde a Enel atua como distribuidora de energia”, informou a empresa.

Os projetos de eficiência energética, que são viabilizados pelo Programa de Eficiência Energética da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), possibilitaram a troca de mais de 8 mil geladeiras em 50 cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Ceará. A substituição de

lâmpadas incandescentes ou fluorescentes também teve grande alcance. Nessas atividades, mais de 561 mil lâmpadas obsoletas foram trocadas por outras de tecnologia LED, em 262 cidades nos três estados.

No Rio de Janeiro, segundo a empresa, as ações de sustentabilidade geraram mais de R\$ 2,8 milhões em renda por meio dos projetos de empreendedorismo e empregabilidade. A troca de geladeiras aconteceu em 19 cidades, com a entrega de 1.155 novos refrigeradores aos clientes cadastrados no projeto. Já a troca de lâmpadas ocorreu em 52 cidades, em um total de 34.056 unidades substituídas por LED.

A empresa atende 66 municípios do estado do Rio de Janeiro, abrangendo 73% do território estadual, com cobertura de uma área de 32.188 km². A Região Metropolitana de Niterói e São Gonçalo e os municípios de Itaboraí e Magé representam a maior concentração do total de 3 milhões de clientes atendidos pela companhia.

A Enel Brasil está presente em toda a cadeia energética, com atividades em distribuição, geração, comercialização e soluções sob medida para consumidores residenciais,

públicos, comerciais e industriais. Tem mais de 15 milhões de clientes por meio de suas distribuidoras nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará.

Por meio da Enel Green Power Brasil, braço de geração renovável do Grupo Enel, a companhia diz ser um dos maiores operadores de fonte solar e eólica em termos de capacidade instalada no país, com 6,1 GW em operação, com quais mais de 3,3 GW são de fonte eólica, mais de 1,5 GW são de fonte solar e cerca de 1,3 GW de hidro. A empresa construiu e opera no Brasil o maior parque eólico da América do Sul, o complexo Lagoa dos Ventos, localizado no Estado do Piauí.

No segmento de comercialização, a Enel compra e vende energia convencional e incentivada no mercado livre em diversos estados e, em 2020, lançou a Enel Trading Brasil S/A, comercializadora de energia do Grupo, que está atualmente entre as maiores comercializadoras do Brasil. A Enel também atua no país por meio da Enel X, linha de negócios que oferece serviços para acelerar a inovação e impulsionar a transição energética, incluindo gestão de energia, projetos de iluminação pública eficiente e infraestrutura para mobilidade.

Seguros de pessoas: arrecadação em 2024 somou R\$ 72,7 bilhões

Estudo elaborado pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), com base nas informações da Superintendência de Seguros Privados (Susep), revela que o setor arrecadou R\$ 72,7 bilhões em prêmios. O volume representa uma expansão de 16,2% na comparação com 2023.

Ao detalhar o resultado por produto, constata-se que os prêmios no seguro Vida Individual aumentaram 21,5%, no Prestamista cresceram 21,3%, e no seguro de Acidentes Pessoais expandiram 18,0%.

“Ao distribuir o total de prêmios pelos produtos, percebe-se que 47% do montante de prêmios arrecadado foram em seguro de Vida (modalidades individual e coletiva), 28% no seguro Prestamista e 13% em Acidentes Pessoais”, revelou o levantamento.

“Ainda há um grande gap de proteção securitária de nossa população a ser superado. A pesquisa Fenaprevi/DataFolha de 2024 apontou que 82% dos brasileiros acima de 18 anos não possuem se-

guro de vida. Outro indicador importante é o fato do Brasil ser a 9ª economia no mundo, de acordo com o Banco Mundial, porém, está na 42ª posição no ordenamento da OCDE de prêmios sobre o PIB, que conta com 54 países”, avalia Edson Franco, presidente da Fenaprevi.

O executivo defende que as seguradoras podem ampliar o leque de soluções ofertadas à sociedade. “Nesse sentido, acreditamos que o Seguro de Vida Universal, com a devida regulamentação, obterá aqui o mesmo êxito alcançado em outros países, se tornando um importante instrumento de proteção ao patrimônio familiar. Nossa expectativa é que em 2025 já possamos ter esse seguro disponível para a população brasileira”, reforça Franco.

Segurados

O relatório destaca que a população segurada recebeu R\$ 16 bilhões de seguros de pessoas em 2024. Um crescimento de 6,0% em comparação com os sinistros pagos em 2023.

Ao analisar o comporta-

mento de cada produto, o estudo aponta que 53% das transferências foram em seguros de Vida (modalidades individual e coletiva), 22% em seguro Prestamista e 11% em Acidentes Pessoais. Comparando o resultado de cada produto com o registrado no ano anterior, o seguro Viagem (46,7%) apresenta a maior alta no pagamento de sinistros, o seguro Prestamista cresceu 27,6%, seguido pelo seguro de Vida individual com 25,8%.

A pesquisa revelou os principais medos dos brasileiros. Para grande parte deles, o mercado segurador e previdenciário já provê coberturas com a adequada proteção financeira. Para Edson Franco, a segurança precisa ser disseminada na sociedade. “Nossos produtos de proteção à renda fazem a diferença na vida das famílias, tanto para assegurar uma aposentadoria que permita um envelhecimento digno, como para oferecer amparo financeiro em uma situação de doença, invalidez ou morte prematura”, conclui o executivo.

Capitalização: resgates e sorteios somaram mais de R\$ 24 bi

Os números mais recentes divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e analisados pela Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), indicam que, de janeiro a novembro, foram pagos à sociedade R\$ 24,11 bilhões, em resgates e sorteios. O valor representa uma evolução de 7,4%, se comparada ao mesmo período de 2023. Esse montante contribuiu para o PIB do país, sendo reinjetado na economia brasileira para estimular o consumo de bens e serviços. O levantamento aponta ainda que o segmento arrecadou 6,2% a mais nos primeiros 11 meses de 2024, em relação ao ano anterior, somando R\$ 29,07 bilhões.

Os dados também mostram que pessoas físicas e jurídicas estão mais interessadas nos Títulos de Capitalização, que trazem produtos versáteis, estimulam a disciplina financeira e ainda permitem aos clientes concorrerem a prêmios. No caso da modalidade Tradicional, foram registrados R\$ 21,1 bilhões em arrecadação, em 11 meses. Já a moda-

lidade conhecida como Filantropia Premiável alcançou R\$ 3,75 bilhões.

A confiança da população nesses produtos permitiu o repasse de R\$ 1,84 bilhão a entidades filantrópicas no período, uma alta de 25,7%, em relação a 2023. Esses recursos ajudam a manter cerca de 60 instituições filantrópicas e de assistência social em todo o país, beneficiando milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social, que podem receber atendimento em áreas prioritárias, como saúde e educação.

O Instrumento de Garantia é outra modalidade que se destacou até novembro de 2024, com resultado de R\$ 3,02 bilhões. Muitos clientes que escolhem essa opção estão em busca de uma alternativa à figura do fiador ao negociar o aluguel de um imóvel. A solução é prática e segura para inquilinos e proprietários. Nessa modalidade, os títulos também podem ser usados em licitações de obras públicas.

Outro número relevante diz respeito à modalidade Incentivo, que somou R\$ 203 milhões em sorteios no

período, um crescimento de 23,8%, comparado ao ano anterior. Em novembro, promoções relacionadas à Black Friday costumam aquecer esse produto de Capitalização, por ser uma solução consolidada e de confiança para marcas que desejam fidelizar clientes.

Em relação às reservas técnicas, que medem a robustez financeira do setor, o segmento também manteve a alta e, no segundo semestre de 2024, ultrapassou os R\$ 40,4 bilhões.

Para o presidente da FenaCap, Denis Moraes, esse desempenho robusto demonstra o vigor do setor, que se manteve fortalecido ao longo do ano.

“É muito satisfatório anunciar mais um balanço positivo da Capitalização, que continua demonstrando sua solidez e sua importância para a economia brasileira. Esse crescimento é reflexo do bom desempenho das empresas do setor e também um indicador do impacto positivo que os títulos geram na sociedade e nas finanças dos brasileiros. Temos um produto seguro e acessível para quem busca organizar seus recursos, com a possibilidade de concorrer a prêmios”, analisa Moraes.

ARM CAPITAL S.A.
CNPJ/MF: 50.982.746/0001-16
NIRE: 33.3.0035151-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Data Hora e Local: Ao décimo dia do mês de dezembro de 2024, às 10h, na sede da ARM CAPITAL S.A. (“Companhia”), localizada na Rua Real Grandeza, nº 46, Casa 1, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP 22281-034. 2. Presença: Presente a totalidade dos Acionistas da Companhia. 3. Convocação: Dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o parágrafo 4º do art. 124 da Lei n. 6.404/76. 4. Mesa: Presidente: Amin Alves Murad; Secretário: Rogério Furtado Moreira. 5. Ordem do Dia: Deliberar sobre a; (I) alteração das atribuições do cargo de Diretor de Controles Internos; (II) instituição e eleição do cargo de Diretor de Suitability; (III) instituição e eleição do cargo de Diretor de Distribuição de Cotas; (IV) instituição e eleição do cargo de Diretor de Cadastro de Clientes e (V) a reeleição dos membros da diretoria da Companhia. 6. Deliberações: Os Acionistas deliberam e aprovam, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o quanto segue: (I) Compete ao Diretor de Controles Internos (a) a responsabilidade sobre o cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos previstos no Artigo 4º, IV da Resolução Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 21, de 25 de fevereiro de 2021 e no Artigo 5º, inciso I, Resolução CVM nº 35, de 26 de maio de 2021; e (b) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, e em suas relações com terceiros, observados os limites deste Estatuto Social. (II) Instituir o cargo de Diretor de Suitability, competindo a responsabilidade sobre o cumprimento das normas estabelecidas pelo do artigo 8º, inciso III da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, e eleger o Sr. ROGERIO FURTADO MOREIRA, casado, sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 343168, expedida pelo MM RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 769.987.207-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Atlântica, nº 3680, apto. 1101, Copacabana, CEP 22070-001. (“Rogério Moreira”), para exercer o cargo de Diretor de Suitability. (III) Instituir o cargo de Diretor de Distribuição de Cotas, competindo a responsabilidade sobre a atividade de distribuição de Cotas e pelo cumprimento das normas estabelecidas nos termos do artigo 33, inciso II, da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, e eleger o Sr. ROGERIO FURTADO MOREIRA, casado, sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 343168, expedida pelo MM RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 769.987.207-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Atlântica, nº 3680, apto. 1101, Copacabana, CEP 22070-001. (“Rogério Moreira”), para exercer o cargo de Diretor de Distribuição de Cotas. (IV) Reeleger a diretoria atual da Companhia, cujo mandato terá duração de 3 (três) anos a contar da data de eleição. Desta forma, (i) o Sr. AMIN ALVES MURAD, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 079.8422670, expedida pelo SSP BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 610.939.207-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Pio Correia, nº 92, apto. 404, Bloco 2, Jardim Botânico, CEP 22.461-240, e-mail amin@armcapital.com.br, foi reeleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor Financeiro; (ii) o Sr. ROGERIO FURTADO MOREIRA, casado, sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 343168, expedida pelo MM RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 769.987.207-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Atlântica, nº 3680, apto. 1101, Copacabana, CEP 22070-001, e-mail: rogerio@armcapital.com.br, foi reeleito para ocupar o cargo de Diretor de Administração de Carteira; e (iii) o Sr. RAFAEL PESCE, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 12.048506-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 082.234.617-65, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Carlos Weber, nº 663, apto. 112A, Vila Leopoldina, CEP 05.303-000, e-mail: rogerio@armcapital.com.br, é, neste ato, mediante a assinatura do presente Termo de Posse e na forma do Artigo 149 da Lei nº 6.404/1976, foi reeleito para ocupar o cargo de Diretor de Controles Internos, Diretor de Gestão de Riscos e Diretor de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. (V) O mandato de todos os diretores eleitos nesta Assembleia será de 3 (três) anos a contar desta data. (VI) Os Diretores eleitos assinam os respectivos Termos de Posse que constam desta ata como anexo II. (VII) Em virtude das deliberações acima e subscrições de novas ações realizadas, conforme boletins de subscrição arquivados na sede da Companhia, o Artigo 19º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 19 - A diretoria da sociedade será formada pelos seguintes cargos: (i) Diretor Presidente: Compete: (a) representar a Companhia como Diretor de relações com o mercado; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, e em suas relações com terceiros, observados os limites deste Estatuto Social; (d) dirigir e superintender todos os negócios sociais e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia; (e) assumir quaisquer obrigações, observados os limites deste Estatuto Social; (f) fixar as atividades e funções dos demais Diretores e colaboradores da Companhia; (g) movimentar isoladamente as contas bancárias da Companhia. (ii) Diretor Financeiro: Compete: (a) movimentar isoladamente as contas bancárias da Companhia; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria na ausência do Diretor Presidente; (c) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, e em suas relações com terceiros, observados os limites deste Estatuto Social; (d) realizar a controladoria das finanças da sociedade, controlando contas a pagar, contas a receber, tesouraria, orçamento, contabilidade e demais funções normalmente atribuíveis à diretoria financeira; (e) assumir quaisquer obrigações em nome da Companhia, observados os limites deste Estatuto Social; (f) fixar as atividades e funções dos demais Diretores e colaboradores da Companhia. (iii) Diretor de Administração de Carteira: Será responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários e responsável perante a CVM, nos termos do artigo 4º, da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021. (iv) Diretor de Controles Internos: Compete: (a) a responsabilidade sobre o cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos previstos no Artigo 4º, IV da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021; e (b) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, e em suas relações com terceiros, observados os limites deste Estatuto Social. (v) Diretor de Gestão de Risco: Compete: (a) a implementação e manutenção da política de gestão de riscos da Companhia, permitindo o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários geridas pela Companhia, nos termos do Artigo 4º, V da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021; e (b) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, e em suas relações com terceiros, observados os limites deste Estatuto Social. (vi) Diretor de Distribuição de Cotas: Compete: a responsabilidade sobre a atividade de distribuição de Cotas e pelo cumprimento das normas estabelecidas nos termos do artigo 33, inciso II, da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021. (vii) Diretor de Suitability: Compete: a responsabilidade sobre o cumprimento das normas estabelecidas pelo do artigo 8º, inciso III da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. (viii) Diretor de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: Compete: a responsabilidade sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas no Artigo 8º da Resolução CVM nº 50/21, e em subseqüentes alterações, a qual deve ser franqueado acesso aos dados cadastrais de clientes, bem como a quaisquer informações a respeito das operações realizadas pela Companhia.” 7. Consolidação do Estatuto Social. Em virtude das subscrições e integralizações havidas acima, os acionistas da Companhia decidem, por unanimidade e sem reservas, consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a constante do Anexo I desta ata. 8. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2024.

Mesa: AMIN ALVES MURAD - Presidente - CPF/MF: 610.939.207-34 - E-mail: amin@armcapital.com.br; ROGERIO FURTADO MOREIRA - Secretário - CPF/MF: 769.987.207-00 - E-mail: rogerio@armcapital.com.br / Acionista: ARM HOLDING LTDA - CNPJ/MF: 52.853.063/0001-94 ; AMIN ALVES MURAD - Presidente - CPF/MF: 610.939.207-34 - E-mail: amin@armcapital.com.br; ROGERIO FURTADO MOREIRA - Secretário - CPF/MF: 769.987.207-00 - E-mail: rogerio@armcapital.com.br.

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Azul Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• **Prêmios emitidos**
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 4.773,2 milhões, com uma diminuição de R\$ 180,1 milhões, 3,6% em relação ao exercício anterior.

• **Despesas administrativas**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,1%, com um aumento de 0,2 p.p. em relação ao exercício anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• **Resultado financeiro**
O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 128,2 milhões, uma diminuição de R\$ 94,0 milhões, 42,3% em relação ao exercício anterior.

• **Índice combinado**
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de (93,8)%, apresentando uma diminuição de 3,7 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2024 foi de (91,4)%, uma diminuição de 5,3 p.p. em relação ao exercício anterior.

• **Resultado por ação**
O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 267,6 milhões, uma diminuição de R\$ 157,1 milhões em relação ao exercício anterior. O resultado por ação foi de R\$ 122,8 em 2024, uma redução comparada ao exercício anterior que foi R\$ 198,1.

• **Declaração de capacidade financeira**
Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes. Para mais informações sobre os membros do Comitê, consulte o site de Relação com Investidores.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e

validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança. Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social

- 1.1: Temas materiais associados:
 - Desenvolvimento das Comunidades Locais
 - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
 - Engajamento e valorização das pessoas

2. Estratégia Climática e Circularidade

- 2.1: Temas materiais associados:
 - Descarbonização e emissões de GEE
 - Gestão de Resíduos

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

- 3.1: Temas materiais associados:
 - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
 - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
 - Investimentos Sustentáveis

4. Engajamento da Cadeia de Valor

- 4.1: Temas materiais associados:
 - Comportamento ético, integridade e compliance
 - Gestão da cadeia de valor
 - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
 - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas- Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		2.671.144	3.238.586	Circulante		3.077.946	3.365.234
Disponível.....		57.272	65.711	Contas a pagar.....		211.809	242.664
Caixa e bancos.....	7	57.272	65.711	Obrigações a pagar.....	16.1	58.292	59.672
Equivalentes de caixa.....	7	124.932	17.218	Impostos e encargos sociais a recolher.....	16.2	134.841	139.434
Aplicações financeiras.....	8	185.711	776.393	Encargos trabalhistas.....		5.619	8.770
Créditos das operações com seguros e resseguros.....		1.765.156	1.820.690	Impostos e contribuições.....		11.915	33.371
Prêmios a receber.....	9.1	1.765.156	1.820.690	Outras contas a pagar.....		1.142	1.417
Outros créditos operacionais.....		29.363	26.362	Débitos das operações com seguros e resseguros.....	17	72.644	76.087
Ativos de resseguro - provisões técnicas.....	19.1	1.107	1.073	Prêmios a restituir.....		725	542
Títulos e créditos a receber.....		4.071	3.859	Corretores de seguros e resseguros ...		55.782	65.911
Títulos e créditos a receber.....		47	-	Outros débitos operacionais.....		16.137	9.634
Créditos tributários e previdenciários... ..	10	1.824	627	Depósitos de terceiros.....	18	27.272	9.144
Outros créditos.....		2.200	3.232	Provisões técnicas - seguros.....	19	2.766.221	3.037.339
Outros valores e bens.....	12	71.677	70.743	Danos.....		2.765.929	3.037.059
Bens à venda.....	12.1	39.739	42.344	Pessoas.....		292	280
Outros valores.....		31.938	28.399	Não circulante		199.796	199.582
Despesas antecipadas.....		5.825	5.076	Contas a pagar.....		23.607	25.583
Custos de aquisição diferidos.....	13	426.030	451.461	Obrigações a pagar.....	16.1	4.820	3.616
Seguros.....		426.030	451.461	Tributos diferidos.....	10.1.3	18.787	21.967
Não circulante		1.724.432	1.582.792	Provisões técnicas - seguros.....	19	94.986	99.384
Realizável a longo prazo.....		1.618.624	1.455.894	Danos.....		94.070	98.476
Aplicações financeiras.....	8	1.426.764	1.265.158	Pessoas.....		916	908
Títulos e créditos a receber.....		186.252	177.592	Outros débitos.....		81.203	74.615
Créditos tributários e previdenciários... ..	10	96.679	86.041	Provisões judiciais.....	20.1	81.203	74.615
Depósitos judiciais e fiscais.....	11	88.554	90.184	Patrimônio líquido	21	1.117.834	1.256.562
Outros créditos.....		1.019	1.367	Capital social.....		862.489	922.331
Outros valores e bens.....	12.1	4.813	12.807	Reservas de reavaliação.....		200	242
Despesas antecipadas.....		792	328	Reservas de lucros.....		283.831	356.775
Custos de aquisição diferidos.....	13	3	9	Ajustes de avaliação patrimonial.....		(28.686)	(22.786)
Seguros.....		3	9	Total do passivo e patrimônio líquido		4.395.576	4.821.378
Investimentos.....		184	82				
Participações societárias.....		184	82				
Imobilizado.....	14	52.729	59.591				
Imóveis de uso próprio.....		51.428	56.653				
Bens móveis.....		1.301	2.938				
Intangível.....	15	52.895	67.225				
Outros intangíveis.....		52.895	67.225				
Total ativo		4.395.576	4.821.378				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital (em aprovação)	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		847.578	128.050	2.251	226.718	(43.213)	-	1.161.384
Dividendos pagos exercícios anteriores.....		-	-	-	(122.343)	-	-	(122.343)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas.....		-	-	-	4.711	-	-	4.711
Ações outorgadas controladora/controladas.....		-	-	-	(4.046)	-	-	(4.046)
Aumento/redução de capital em aprovação								
Redução de capital em aprovação.....		-	(53.297)	-	-	-	-	(53.297)
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1380.....		20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1385.....		62.050	(62.050)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1392.....		46.000	(46.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1548.....		(53.297)	53.297	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação.....		-	-	(2.009)	-	-	2.009	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....		-	-	-	-	20.427	-	20.427
Resultado do exercício.....		-	-	-	-	-	424.726	424.726
Destinação do resultado:								
Reserva legal.....		-	-	-	21.236	-	(21.236)	-
Reservas estatutárias.....		-	-	-	230.499	-	(230.499)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares.....		-	-	-	-	-	(175.000)	(175.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		922.331	-	242	356.775	(22.786)	-	1.256.562
Dividendos intermediários - exercícios anteriores.....		-	-	-	(231.000)	-	-	(231.000)
Reconhecimento pagamento em ações.....	21 f	-	-	-	3.493	-	-	3.493
Ações outorgadas.....	21 f	-	-	-	(6.108)	-	-	(6.108)
Redução de capital - AGE de 18 de outubro de 2024..		(59.842)	-	-	-	-	-	(59.842)
Reserva de reavaliação								
Realização.....		-	-	(42)	-	-	42	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....		-	-	-	-	(5.900)	-	(5.900)
Resultado do exercício.....		-	-	-	-	-	267.629	267.629
Destinação do resultado:								
Reserva legal.....		-	-	-	13.382	-	(13.382)	-
Reservas estatutárias.....		-	-	-	147.289	-	(147.289)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares.....		-	-	-	-	-	(107.000)	(107.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		862.489	-	200	283.831	(28.686)	-	1.117.834

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano. Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detratador é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios emitidos		4.773.155	4.953.208
Variações das provisões técnicas			

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	267.629	424.726
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	16.953	11.311
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos... (10.342)	(10.342)	(2.138)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível..... (6.350)	(6.350)	(3.126)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(42.609)	155.563
Equivalência patrimonial	98	85
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	429.076	(373.965)
Créditos das operações com seguros e resseguros..	55.560	(156.831)
Ativos de resseguro - provisões técnicas..... (34)	(34)	903
Créditos tributários e previdenciários..... (1.197)	(1.197)	(144)
Ativo fiscal diferido	(10.638)	71.036
Depósitos judiciais e fiscais	1.630	(3.882)
Despesas antecipadas..... (1.213)	(1.213)	(223)
Custos de aquisição diferidos	25.437	(56.971)
Outros ativos	15.508	7.396
Impostos e contribuições	137.737	207.733
Outras contas a pagar	(11.375)	21.683
Débitos das operações com seguros e resseguros...	(3.443)	(5.322)
Depósitos de terceiros	18.128	2.441
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros..... (232.907)	(232.907)	59.258
Provisões judiciais	6.588	2.596
Outros passivos	(8.515)	24.749
Caixa líquido gerado pelas operações..... 645.721	645.721	386.878
Imposto de renda e contribuição social pagos..... (159.193)	(159.193)	(197.100)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 486.528	486.528	189.778
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado..... 10.592	10.592	58.790
Pagamento pela compra:		
Imobilizado..... (3)	(3)	(506)
Intangível..... -	-	(18.159)
Caixa líquido gerado nas atividades investimento 10.589	10.589	40.125
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(59.842)	(53.297)
Distribuição de dividendos e JCP..... (338.000)	(338.000)	(301.000)
Caixa líquido consumido nas atividades financiamento..... (397.842)	(397.842)	(354.297)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa..... 99.275	99.275	(124.394)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.929	207.323
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício....	182.204	82.929

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 20º andar - Rio de Janeiro - RJ, e tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

	2024
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0 %
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.....	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1 %
Porto Seguro Serviços e Comércio	Participação
Porto Seguro S.A.....	99,9 %
Porto Seguros S.A.....	0,1 %
Porto Seguros S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.....	100 %
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.....	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.....	41,0 %
Itauseg Participações S.A.....	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.....	19,1 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.....	15,8 %
Itaú Seguros S.A.....	0,8 %
Jayme Brasil Garfinkel.....	0,2 %
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel.....	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel.....	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel.....	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel.....	18,3 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel.....	100,0 %
Itauseg Participações S.A.	Participação
Itaú Unibanco S.A.....	62,4 %
Banco Itaúcard S.A.....	26,4 %
Banco Itaú BBA S.A.....	11,2 %
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0 %
Banco Itaúcard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0 %
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0 %
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.....	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.....	39,3 %
Outros.....	9,0 %

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma alterou alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir

de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados as provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referenda em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros. Apesar do CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação a classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

- (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- (iii) mensurados ao custo amortizado.

(i) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR):

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA):

São reconhecidos pelo valor justo por meio do outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38 vigente até 31/12/2023	Nova classificação - CPC 48 vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas exigências decorrente da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.2 e 3.12.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(b) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrer.

(c) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(d) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utiliza quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(e) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos,

etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, os quais são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do exercício.

3.9 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.10 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utilizam-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplicam-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não são aplicados os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de coseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro,

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade apurada no TAP foi de 61%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

	Dezembro de 2024	PCC Final
Grupo de Contratos	Automóvel	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	357.716	—
	Dezembro de 2023	PCC Final
Grupo de Contratos	Automóvel	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	426.379	—

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmacêutica, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício na medida em que são incorridos. Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocinadora os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões. Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.15.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.15.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.18 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- da realização dos tributos diferidos;
- das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- da provisão para risco de créditos ("impairment"); e
- das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE JUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Os riscos são gerenciados por meio de procedimentos de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. E por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos. Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as alterações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 96,2% (91,2% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

(i) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(ii) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto à cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fluxo de ativos (ii) passivos (iii) ativos (ii) passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii) passivos (iii) ativos (ii) passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii) passivos (iii) ativos (ii) passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	236.401	— 125.841
Fluxo de 1 a 30 dias.....	467.603	219.652 509.972
Fluxo de 2 a 6 meses.....	992.902	1.259.112 1.021.855
Fluxo de 7 a 12 meses.....	277.914	569.791 300.481
Fluxo acima de 1 ano.....	1.606.299	177.367 1.911.890
Total.....	3.581.118	2.225.922 3.870.039

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Inflação (IPCA/IGPM).....	53,6%	62,2%
Prefixados.....	38,8%	25,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI).....	4,5%	9,9%
Ações.....	0,4%	0,8%
Outros.....	2,7%	2,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	50 b.p.	(88.916)
	25 b.p.	(46.193)
	10 b.p.	(18.915)
Índices de preços.....	- 10 b.p.	18.915
	- 25 b.p.	46.193
	- 50 b.p.	88.916
	50 b.p.	(48.880)
	25 b.p.	(25.575)
	10 b.p.	(10.502)
Juros prefixados.....	- 10 b.p.	10.502
	- 25 b.p.	25.575
	- 50 b.p.	48.880
	50 b.p.	(759)
	25 b.p.	(633)
	10 b.p.	(506)
Juros pós-fixados.....	- 10 b.p.	506
	- 25 b.p.	633
	- 50 b.p.	759
	± 34%	7.504
	± 17%	3.752
	± 9%	1.876
Ações.....		

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Resalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/ SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e no segmento Automóvel baseado no prêmio emitido bruto de resseguro:

Região	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Automóvel	Automóvel
	%	%
Região Sudeste.....	3.439.691 72,0 %	3.502.162 70,7 %
Região Sul.....	595.201 12,5 %	640.940 12,9 %
Região Nordeste.....	449.908 9,4 %	476.684 9,6 %
Região Centro-Oeste.....	250.242 5,2 %	285.593 5,8 %
Região Norte.....	41.419 0,9 %	46.825 1,0 %
Total Geral.....	4.776.461 100 %	4.952.204 100 %

(*) Não incluem os valores de RVNes no montante líquido de R\$ 3.306 (R\$ (1.004) em 31 de dezembro de 2023).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.....	(291.232)	(286.753)
Sinistros - aumento de 50,0 %.....	(270.836)	(312.805)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI, que trata-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666), e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Previdência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	1.117.834	1.256.562
(+/-) Ajustes contábeis	(59.696)	(72.711)
Participações societárias.....	(184)	(82)
Despesas antecipadas.....	(6.617)	(5.404)
Ativos intangíveis.....	(52.895)	(67.225)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(25.745)	(3.110)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento..	(25.745)	(3.110)
(+/-) Ajustes do PLA de nível 1	(117.517)	(113.461)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-).....	(66.089)	(56.807)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-).....	(51.428)	(56.654)
PLA de nível 1	914.876	1.067.280
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas.....	214.630	255.828
PLA de nível 2	214.630	255.828
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+).....	66.089	56.807
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+).....	51.428	56.654
PLA de nível 3	117.517	113.461
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.247.023	1.436.569
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	1.061.665	1.058.057
Capital de risco de subscrição.....	998.537	990.077
Capital de risco de mercado.....	47.605	54.411
Capital de risco de crédito.....	31.476	36.087
Capital de risco operacional.....	33.910	34.259
Benefício da correlação entre riscos.....	(49.863)	(56.777)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	1.061.665	1.058.057
Suficiência de capital	185.358	378.512

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Depósitos bancários.....	57.272	65.711
Equivalentes de caixa (*).....	124.932	17.218
	182.204	82.929

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros.....	207	-	207	189	-	189
	207	-	207	189	-	189
Fundos exclusivos						
LFTs.....	77.592	-	77.592	201.302	-	201.302
Cotas de fundos de investimento.....	47.727	-	47.727	42.522	-	42.522
LTNs.....	40.508	-	40.508	395.175	-	395.175
Debêntures.....	-	12.053	12.053	-	-	-
Ações de companhias abertas.....	6.470	-	6.470	16.536	-	16.536
Letras Financeiras - privadas.....	-	1.252	1.252	51.430	51.430	
NTNs - B.....	-	-	-	856	-	856
Outros.....	-	109	109	68.627	68.627	
Total	172.297	13.414	185.711	656.391	120.057	776.448
Circulante.....	-	185.711	185.711	-	776.393	
Não circulante.....	-	207	207	-	244	
% das aplicações classificadas nesta categoria:	12%			38%		

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Carteira própria		
NTNs - B.....	379.046	973.406
Total - não circulante	379.046	973.406
% das aplicações classificadas nesta categoria:	24%	48%

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 438.155 (R\$ 1.010.467 em 31 de dezembro de 2023).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B.....	524.642	291.508
LTN.....	522.869	-
Total - não circulante	1.047.511	291.508
% das aplicações classificadas nesta categoria:	65%	14%
Total das aplicações	1.612.475	2.041.551
(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.004.602 (R\$ 286.325 em 31 de dezembro de 2023).		

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	2.058.769	1.810.610
Aplicações.....	1.953.486	1.599.137
Resgates.....	(2.404.091)	(1.597.412)
Rendimentos.....	138.526	211.666
Ajuste a valor de mercado.....	(9.283)	34.768
Saldo final	1.737.407	2.058.769

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE CONTA CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos, sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*).....	4.097.701	4.503.500
Passivo circulante.....	3.077.946	3.365.234
Índice de liquidez corrente	1,33	1,34

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*).....	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTNs.....	14,07	11,05
NTNs - B - IPCA.....	5,73	4,09
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	0,08	0,14
Carteira própria		
NTNs - B - IPCA.....	3,37	3,99

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023			
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóveis.....	1.124.303	(1.478)	1.122.825	1.207.978	(1.532)	1.206.446
Resp. Civil facultativa - RCF.....	418.549	(374)	418.175	403.721	(380)	403.341
Assistência e outras coberturas -Auto.....	224.196	(40)	224.156	210.910	(7)	210.903
	1.767.048	(1.892)	1.765.156	1.822.609	(1.919)	1.820.690

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023			
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer.....	1.587.581	(76)	1.587.504	1.641.527	-	1.641.527
Vencidos até 30 dias.....	153.528	(257)	153.271	155.096	(158)	154.938
Vencidos 31 a 60 dias.....	23.358	(434)	22.924	23.088	(180)	22.908
Vencidos 61 a 90 dias.....	1.192	(74)	1.118	1.118	(123)	995
Vencidos 91 a 120 dias.....	214	(28)	186	231	(77)	154
Vencidos 121 a 180 dias.....	88	(29)	59	82	(40)	42
Vencidos 181 a 365 dias.....	113	(87)	26	687	(618)	69
Vencidos acima de 365 dias.....	975	(907)	68	780	(723)	57
	1.767.049	(1.892)	1.765.156	1.822.609	(1.919)	1.820.690

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	1.820.690	1.661.261
(+) Prêmios emitidos.....	5.093.828	5.250.435
(+) IOF.....	354.949	369.612
(+) Adicional de fracionamento.....	23.283	35.752
(-) Prêmios cancelados.....	(296.652)	(271.417)
(-) Recebimentos (Constituição)/reversão de provisão para perda.....	(5.230.967)	(5.226.836)
	25	1.885
Saldo final	1.765.156	1.820.690

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	(1.919)	(3.804)
(+) Provisões constituídas.....	(19.101)	(45.933)
(-) Reversão.....	19.128	47.818
Saldo final	(1.892)	(1.919)

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Automóvel.....	1 a 5	31%	41%
	6 a 11	48%	45%
	12	22%	14%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i).....	96.679	86.041
IRPJ.....	634	27
CSLL.....	1.190	511
Outros.....	-	89
Total	98.503	86.668
Circulante.....	1.824	627
Não circulante.....	96.679	86.041

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos ..	571	256	(248)	579
Provisão para obrigações legais ..	8.922	668	(2.360)	7.230
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	29.233	(1.196)	(3.756)	24.281
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	22.552	16.720	(1.379)	37.893
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas.....	1.582	1.769	(751)	2.600
Provisão de participação de lucros	6.069	9.997	(14.333)	1.733
Outras provisões	17.112	9.400	(4.147)	22.363
	86.041	37.614	(26.974)	96.679

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	em diante	Total
Saldo realizado em.....	36.365	21.401	7.782	10.890	154	-	-	20.087
								96.679

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa				
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos.....	13.318	2.519	(4.547)	11.290
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	7.728	2.350	(3.484)	6.594
IR e CS sobre reavaliação de imóveis.....	921	1	(19)	903
	21.967	4.870	(8.050)	18.787

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A).....	431.692	688.559
Alíquota vigente.....	40 %	40 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(172.677)	(275.424)
Equivalência patrimonial.....	(36)	

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	27.177	–	27.177
Cobrança antecipada de prêmios	90	5	95
Total 31 de dezembro de 2024	27.267	5	27.272
Total 31 de dezembro de 2023	9.116	28	9.144

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.272.621	2.272.621	2.560.624	2.560.624
Sinistros e benefícios a liquidar	520.424	519.317	513.244	512.171
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	49.336	49.336	44.969	44.969
Demais provisões	18.826	18.826	17.886	17.886
	2.861.207	2.860.100	3.136.723	3.135.650
Circulante	2.766.221	–	3.037.339	–
Não circulante	94.986	–	99.384	–

19.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.921.902	1.976
Constituições decorrentes de prêmios	4.953.208	–
Diferimento pelo risco decorrido	(4.812.526)	–
Aviso de sinistros	2.898.176	(1.131)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.842.209)	–
Atualização monetária e juros	18.172	228
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.136.723	1.073
Constituições decorrentes de prêmios	4.773.155	–
Diferimento pelo risco decorrido	(5.054.975)	–

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Administrativo - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.490	1.766	1.736	1.861	2.141	1.861	2.479	3.142	2.731	3.237
Dois anos mais tarde	1.502	1.781	1.745	1.877	2.171	1.906	2.555	3.239	2.827	–
Três anos mais tarde	1.505	1.783	1.747	1.880	2.174	1.910	2.562	3.250	–	–
Quatro anos mais tarde	1.506	1.784	1.748	1.881	2.176	1.912	2.566	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.506	1.784	1.748	1.881	2.177	1.914	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.506	1.784	1.748	1.882	2.178	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.506	1.785	1.749	1.884	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.506	1.785	1.749	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.507	1.785	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.507	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	1.507	1.785	1.749	1.884	2.178	1.914	2.566	3.250	2.827	3.237
Administrativo - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.304	1.573	1.539	1.640	1.897	1.631	2.129	2.840	2.404	2.807
Dois anos mais tarde	1.505	1.784	1.749	1.882	2.172	1.907	2.554	3.238	2.812	–
Três anos mais tarde	1.513	1.788	1.751	1.885	2.176	1.912	2.561	3.244	–	–
Quatro anos mais tarde	1.518	1.789	1.752	1.886	2.178	1.913	2.564	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.521	1.789	1.753	1.886	2.178	1.912	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.522	1.789	1.753	1.887	2.177	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.524	1.789	1.753	1.882	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.524	1.789	1.748	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.525	1.785	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.507	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	1.507	1.785	1.748	1.882	2.177	1.912	2.564	3.244	2.812	2.807
Passivo em 31 de dezembro de 2024	–	–	1	2	1	1	2	6	15	431
										22.897
										459
										459

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Judicial - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	5	9	11	8	9	12	15	19	19	55
Dois anos mais tarde	11	18	19	15	20	23	27	32	37	–
Três anos mais tarde	18	21	23	19	24	26	30	36	–	–
Quatro anos mais tarde	19	23	27	22	26	27	33	–	–	–
Cinco anos mais tarde	20	25	28	23	26	28	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	21	26	28	23	26	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	21	27	28	24	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	22	27	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	21	27	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	22	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	22	27	27	24	26	28	33	36	37	55
										315

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Judicial - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	2	3	3	4	3	3	4	6	6	5
Dois anos mais tarde	203	7	10	9	10	8	11	14	15	–
Três anos mais tarde	211	13	14	12	13	12	15	18	–	–
Quatro anos mais tarde	217	16	18	14	16	14	19	–	–	–
Cinco anos mais tarde	219	18	20	16	18	17	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	221	20	21	17	19	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	222	21	22	17	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	222	23	23	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	223	23	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	19	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	19	23	23	17	19	17	19	18	15	5
Passivo em 31 de dezembro de 2024	2	3	4	5	7	11	18	17	22	49
										138
										15
										153

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro
Saldo inicial	104.243	103.170	97.396	95.419
Pagamentos no período	(33.575)	(36.078)	(31.378)	(31.378)
Novas constituições	–	–	–	–
no período	1.100	1.100	1.518	1.518
Baixas da provisão por êxito	(6.976)	(6.976)	(18.780)	(18.780)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	31.091	33.560	37.733	38.637
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	15.392	15.393	17.754	17.754
Saldo final	111.276	110.169	104.243	103.170
Quantidade de processos	3.683	3.302	–	–

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	73.397	70.942
Cíveis	7.352	3.139
Trabalhistas	454	534
	81.203	74.615

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS (i)	47.479	34.475
PIS (ii)	2.668	14.181
REFIS (iii)	12.909	12.001
INSS - autônomos (iv)	2.799	2.662
Outras	7.542	7.623
	73.397	70.942

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

(iv) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96 e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos

corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 599.309.

20.1.1 MOVIMENTAÇÕES PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.942	534	3.139	74.615
Constituições	–	35	5.192	5.227
Êxito/reversões	–	(47)	(1.752)	(1.799)
Pagamentos	–	(114)	(461)	(575)
Atualização monetária	2.455	46	1.234	3.735
Saldo em 31 de dezembro de 2024	73.397	454	7.352	81.203
Quantidade de processos	17	1	120	138

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	177.140	171.471
Cíveis	11.191	11.583
Trabalhistas	2	17
	188.333	183.071

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS/COFINS R\$ 119.175 (R\$ 85.189 de possível impacto); (ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado R\$ 28.678 (R\$ 18.599 de possível impacto no lucro líquido).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 862.489 divididos em 2.082 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 922.331 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 2.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



→ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(77.290)	(76.936)
Serviços de terceiros	(37.791)	(37.122)
Localização e funcionamento	(34.815)	(27.536)
Publicidade	(374)	(463)
Donativos e contribuições	(5.181)	(6.741)
Despesas administrativas diversas	(305.999)	(279.320)
	(461.450)	(428.118)

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 31.

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	(93.410)	(93.945)
PIS	(15.179)	(15.196)
Outras	(6.164)	(5.224)
	(114.753)	(114.365)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	106.581	119.445
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	51.777	92.221
Operações de seguros	23.177	35.752
Outras	1.166	9.422
Total de receitas financeiras	182.701	256.840
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(14.315)	-
Operações de seguros	(16.582)	(18.259)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(5.517)	-
Outras	(18.059)	(16.329)
Total de despesas financeiras	(54.473)	(34.588)
Resultado financeiro	128.228	222.252

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**30.1 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.616	2.881
Custo dos benefícios	274	199
Custo de juros	379	336
Benefícios pagos	-	(523)
Ganho atuarial sobre a obrigação	551	722
Saldo final do passivo	4.820	3.615

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente, e em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74 %	5,63 %
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00 %	1,00 %
Inflação econômica (a.a.)	4,10 %	3,92 %
Inflação médica (a.a.)	4,00 %	4,00 %
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10 %	3,92 %

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia.;
- (ii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
- (iii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e
- (iv) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Portoseg (i)	821.257	851.407	-	-
Itaú Auto e Residência	-	-	1	1
Porto Seguro S.A.	-	-	725	760
Porto Cia.	-	-	38.833	38.936
	821.257	851.407	39.559	39.697

	Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
CDF	(435.681)	-
Porto Cia.	(348.993)	(319.062)
Porto Seguro S.A.	(11.602)	(11.727)
PortoSeg.	(10.279)	(12.804)
Porto Atendimento	(9.592)	(9.094)
Porto Saúde	(2.510)	(6.440)

DIRETORIA**JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA**

Diretor Presidente

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA

Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PATRICIA CHACON JIMENEZ

COO (Chief Operating Officer) - Seguros

RAFAEL VENEZIANI KOZMA

Diretor de Controladoria

CELSO DAMADI

Diretor Vice-Presidente - Financeiro, controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES

Diretora Jurídica e Riscos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1**BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO** - Atuarial - MIBA nº 1588**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Azul Companhia de Seguros Gerais** São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da **Azul Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e 19, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 2.861.207 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequação registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Aos Acionistas e Administradores da**Azul Companhia de Seguros Gerais**

São Paulo - SP

CNPJ: 33.448.150/0001-11

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• A planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

**ERNST & YOUNG**

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP034519/O

Patricia di Paula da Silva Paz

Contadora - CRC-SP198827/O

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

**ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57**

CNPJ 03.801.998/0001-11

Fernanda Gama

Atuária - MIBA 947